

Público

01-07-2015

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 487

Imagem: S/Cor

Página (s): 17



DANIEL ROCHA

Equipa de avaliadores do Greco esta terça-feira no Parlamento

Greco levou Portugal a maior sensibilização da ética na vida pública

Corrupção
 Nuno Ribeiro

Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Justiça apontado como exemplo de boas práticas

A participação, desde Janeiro de 2002, de Portugal no Grupo de Estados contra a Corrupção (Greco) levou a uma maior sensibilização das autoridades nacionais quanto aos padrões da ética da vida pública. Esta é a opinião de Luís de Sousa, presidente do TIAC, contacto português da Transparency Internacional que na segunda-feira se reuniu com a equipa de avaliadores.

Nesta terça-feira, a equipa do Greco manteve um encontro, à porta fechada, na Assembleia da República com os deputados da Comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação, enquanto à tarde se reuniu com o PSD e o PS. Em Dezembro próximo, será apresentado um relatório sobre a prevenção de corrupção em relação aos deputados, juizes e magistrados do Ministério Público.

“Há uma maior sensibilização por parte das autoridades nacionais a partir do momento em que aceitamos integrar uma rede de trabalho com metas e objectivos”, admite, ao PÚBLICO, Luís de Sousa. “Por tradição, os Estados tendem a aceitar melhor as sugestões externas do que as internas; desse ponto de vista, há um saldo positivo”, reconhece. No entanto, deixa um alerta. “Esse saldo positivo pode ser minimizado pela burocratização que acompanha as medidas de combate à corrupção,

seja por lógicas eleitoralistas ou por reacções a quente”, afirma.

Um dos problemas, segundo este especialista, reside nas alterações feitas à legislação. “Foram aprovadas alterações à lei orgânica que criaram competências ao Tribunal Constitucional sobre os dinheiros do financiamento dos partidos, após a publicação do segundo relatório do Greco sobre a matéria”, exemplifica. Naquele documento, a equipa de avaliadores do Greco dava-se por satisfeita. “Mudaram as regras do jogo, foi feito um facto à medida”, refere. Até então, os dinheiros do financiamento dos partidos estavam sob a alçada do Tribunal de Contas. Informada do facto esta segunda-feira, a equipa de avaliadores reagiu com diplomacia. “Ficaram boquiabertos e abanaram a cabeça”, revela.

“O legislador pensa que tudo sabe, não sei se há má-fé ou pura, e simplesmente, ignorância. As alterações foram feitas sem ouvir as entidades que estão no terreno, o que é uma constante”, critica. “Há poucos académicos e peritos em Portugal que trabalham sobre o financiamento dos partidos políticos e não foram consultados”, lamenta.

Ainda assim, o balanço da acção do Greco é considerado positivo. “Gostava que os relatórios fossem mais incisivos, que não fossem fechados, que ficassem aspectos em aberto para serem monitorizados de forma contínua”, enumera. “Ficou instituída a boa prática de ouvir a sociedade civil, os sindicatos, peritos, académicos, na administração pública”, refere. Luís de Sousa destaca o Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Justiça como um caso das novas boas práticas.